



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Publicado no D. O. E. n. 27.163
de 19 02/92, à pg 09
do 2.º caderno

RESOLUÇÃO N.º 2.882

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ,
EM SESSÃO PLENÁRIA REALIZADA NO DIA 13 DE FEVEREIRO DE 1992,

CONSIDERANDO A INQUESTIONÁVEL DEFASAGEM SALARIAL DOS
VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS DESTA TRIBUNAL, CUJO ÚLTIMO REAJUSTE
DATA DE 01 DE JANEIRO DE 1991,

CONSIDERANDO TAMBÉM O ESTABELECIDO NO ART. 39 §§ 1º E
2º DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E ART. 37, INCISOS X E XI DA CONSTITUI
ÇÃO FEDERAL,

CONSIDERANDO QUE ATÉ A DATA PRESENTE NÃO HOUVE A SOLUÇÃO
GOVERNAMENTAL PARA, NA FORMA DOS ARTIGOS ACIMA CITADOS, CONCEDER O
REAJUSTE DEVIDO,

CONSIDERANDO PROPOSIÇÃO APRESENTADA PELO EXMO. SR. CONSE
LHEIRO PRESIDENTE, APROVADA POR VOTAÇÃO UNÂNIME, CONFORME CONSTA DA
ATA DA SESSÃO.

R E S O L V E:

AUTORIZAR A PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍ
PIOS DO ESTADO DO PARÁ A CONCEDER UM ABONO EMERGENCIAL AOS FUNCIONÁ
RIOS DESTA CORTE, TUDO NOS LIMITES DAS DISPONIBILIDADES ORÇAMENTÁ
RIAS E FINANCEIRAS.

-CONT-



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

-02-

RESOLUÇÃO Nº 2.882

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
DO ESTADO DO PARÁ, EM 13 DE FEVEREIRO DE 1992.

CONSELHEIRO LAÉRCIO FRANCO
PRESIDENTE

CONSELHEIRO LECYR RIODADES

CONSELHEIRO HAROLDO JULIANO DA GAMA

CONSELHEIRO PAULO DOURADO

CONSELHEIRO LAUDELINO PINTO SOARES

CONSELHEIRO VICENTE QUEIROZ

AUDITOR JOSÉ GONÇALVES CHAVES

CONVOCADO NA FORMA DOS ARTS. 10 E 48
DO R.I.

FOI PRESENTE: PROCURADOR GERAL EXPEDITO RIBEIRO